

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.564, DE 2019

Altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para incluir a possibilidade de vacinação domiciliar para idosos com dificuldade de locomoção.

Autor: Deputado CAPITÃO WAGNER

Relator: Deputado DR. FREDERICO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Deputado Capitão Wagner busca alterar o inciso IV do § 1º do artigo 15 do Estatuto do Idoso, que aborda o atendimento domiciliar.

A modificação objetiva inserir a vacinação junto às demais modalidades de atenção à saúde em domicílio já previstas no Estatuto do Idoso.

Na justificção, o Autor destaca a relevância da proteção aos idosos, pois o grupo “tem grande risco de desenvolver complicações” de infecções respiratórias, “que os levam com frequência ao óbito”.

A proposta tem tramitação ordinária e foi despachada para a apreciação conclusiva das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), de Seguridade Social e Família (CSSF), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), cabendo a apreciação do mérito às duas primeiras.

Na CIDOSO a proposição foi aprovada sem alterações em dezembro de 2019.



Nesta CSSF, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise aborda tema meritório e consolida inúmeras ações e iniciativas exitosas de imunização de pessoas idosas em domicílio, bem como concretiza, no mundo real, o direito fundamental à saúde e à vida.

A proposta ainda aperfeiçoa as disposições do Estatuto do Idoso e corrobora integralmente com as diretrizes e os princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ademais, é coerente adotar estratégia ativa de vacinação para alcançar todos os indivíduos, de acordo com suas necessidades, ao garantir prioridade a quem mais precisa. Trata-se, em verdade, de instrumento eficaz e eficiente de mitigação de riscos à saúde de parcela populacional considerada vulnerável. Nesse sentido, andou bem o autor da medida ao destacar que a população idosa possui maior suscetibilidade de agravamento de complicações de saúde, de maior índice de hospitalizações e de mortalidade.

Não se olvide que a proposta ganhou especial relevância diante da grave crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, que ainda tem afetado com grande intensidade a população idosa.

A prioridade que foi dada a esse grupo no Plano Nacional de Imunização mostrou-se acertada e produziu importante redução em casos e óbitos entre idosos. Contudo, novas variantes do coronavírus continuam a representar ameaça, pois podem atenuar o efeito protetor de vacinas já aplicadas, de modo que já está prevista uma dose de reforço para ampliar a proteção aos idosos.



Nesse contexto, a inclusão pela proposição da vacinação entre as medidas de atendimento domiciliar previstas no artigo 15 do Estatuto do Idoso é urgente, pois salutar.

Por fim, ressalta-se que a vacinação em domicílio não consiste em novidade, pois o Sistema Único de Saúde, como já mencionado, tem realizado tal atividade, mas a especificação em lei pode fortalecer e ampliar essa prática. A medida beneficiará os que possuem dificuldade de locomoção, com especial atenção aos idosos abrigados e acolhidos em instituições, nos meios urbano e rural.

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.564, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado DR. FREDERICO
Relator

